



O poder da estatística e a estatística do poder. Apontamentos sobre o contributo de António de Almeida Garrett para os estudos de população em Portugal *

Autor: Rosalina Costa

Departamento de Sociologia, Universidade de Évora.

E-mail: rosalina@uevora.pt

Resumo:

Este texto apresenta os resultados de uma incursão exploratória na obra de António de Almeida Garrett (1884-1961), em particular sobre o ensaio intitulado «Os Problemas da Natalidade», publicado em vinte artigos na *Revista do Centro de Estudos Demográficos* entre 1945 e 1955. Depois de contextualizar o autor no percurso da produção científica da demografia em Portugal, e de apresentar o conjunto de textos em análise, sintetizamos o contributo de António de Almeida Garrett, e deste ensaio em particular, para a história dos estudos de população e da demografia em Portugal, bem como para o estudo da própria *Revista do Centro de Estudos Demográficos* e das condições históricas da produção científica a que também a demografia, como qualquer outra ciência, está sujeita.

Palavras Chave: António de Almeida Garrett; estudos de população; história da demografia; *Revista do Centro de Estudos Demográficos*; natalidade.

The power of the statistics and the statistics of the power. Notes on the contribution of António de Almeida Garrett for the population studies in Portugal

*Este texto resulta de uma comunicação apresentada no III Congresso Português de Demografia "O Declínio Demográfico: que Mudanças?", realizado em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, a 29, 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2008. Agradeço à Dra. Maria José Carrilho o convite para publicar o texto na *Revista de Estudos Demográficos*; a todos os participantes na sessão paralela "Autores e estudos demográficos em Portugal" os comentários e sugestões que então efectuaram; e, finalmente, aos referees da *Revista de Estudos Demográficos* a leitura cuidada que fizeram deste texto, bem como as observações e propostas que apresentaram

Abstract

This paper presents the results of a first approach into the work of António de Almeida Garrett (1884-1961), particularly the essay «The Problems of Natality», published in twenty articles in the *Revista do Centro de Estudos Demográficos* (*Review of the Demographic Studies Centre*, edited by Statistics Portugal) between 1945 and 1955. After put in context the author in the course of the scientific production of demography in Portugal, and present the analysed set of texts, we synthesize the contribution of António de Almeida Garrett, and this essay in particular, to the history of the population studies and demography in Portugal, as well as to the study of the *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, and the historical conditions of the scientific production to which demography, as any other science, is subjected to.

Key words: António de Almeida Garrett; population studies; history of demography; *Revista do Centro de Estudos Demográficos*; natality.

1. Introdução

Pouco se sabe sobre a génese, o percurso e a consolidação da demografia em Portugal. Seja porque desempenha muitas vezes o papel de disciplina “auxiliar” de outras ciências, onde assume mais um papel secundário que de protagonista¹; seja porque a institucionalização universitária da demografia em Portugal é muito recente (porventura ainda por concluir²), e a geração dos primeiros demógrafos portugueses nos é ainda contemporânea, o certo é que poucos têm sido os passos dados no sentido de se conhecer a história dos estudos de população e da demografia em Portugal.

Exemplo da pouca reflexão que a demografia portuguesa tem feito sobre si mesma e o seu percurso é o reduzido número de comunicações sobre esta temática nas duas edições do *Congresso Português de Demografia* até agora realizadas³. De facto, em nenhum dos congressos as designações atribuídas às “mesas” (2000) ou “sessões paralelas” (2004) remete de forma explícita para os estudos de população em Portugal⁴, como também nenhuma das comunicações apresentadas versou de forma explícita sobre esta matéria⁵. Ainda assim, não podemos dizer que a questão da história da demografia tenha sido completamente negligenciada nos congressos até agora realizados. Tanto em 2000, como em 2004, por coincidência (ou talvez não), pela mão da mesma pessoa – Gilberta Rocha⁶ – a questão foi incluída nos trabalhos do congresso, no primeiro caso no contexto de uma Sessão Plenária sob o título genérico de “Demografia e População: Balanço e Perspectivas”⁷, sessão que encerraria o congresso, e onde apresentou a comunicação “Demografia e estudos demográficos: uma perspectiva da situação portuguesa”⁸; e no segundo caso na “Sessão de Encerramento”⁹, onde se encarregou de fazer a conferência de encerramento intitulada “Os desafios da Ciência Demográfica em Portugal”¹⁰.

Apesar de em “Demografia e estudos demográficos: uma perspectiva da situação portuguesa”, Gilberta Rocha focar essencialmente as questões mais directamente associadas ao ensino, nomeadamente a nível universitário, e às outras instituições e especialistas que produzem estudos demográficos e que não estão inseridos nas Universidades, não deixou de sublinhar a importância do tema genérico que se propunha tratar. Como então afirmava, «A nossa intervenção pretende trazer para debate um tema que nos tem vindo a preocupar nos últimos tempos e cujo conhecimento e reflexão cremos ser urgente realizar: a génese e o desenvolvimento da

¹ Como advertiam os autores do *Perfil da Investigação Científica em Portugal. Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia* antes de proceder à caracterização da investigação em Demografia em Portugal, «[...] há que salientar que muitos dos trabalhos efectuados nesta área científica são classificados como parte de outras disciplinas como a História, Sociologia, Geografia ou Antropologia. Faz parte da história e do perfil da Demografia ser utilizada como ciência instrumental em pesquisas que têm alcance, conteúdos e enquadramentos institucionais noutras áreas científicas.» (Almeida; Bastos; Ferrão e Wall, 1999: 13).

² Como afirma Mário Leston Bandeira, «[...] até à presente data não foi dado um passo essencial à consolidação de um estatuto universitário pleno da Demografia: a criação de um curso universitário de formação inicial nesta área científica.» (Bandeira, 2003: 2).

³ *I Congresso Português de Demografia* (2000), organizado pelo ISCTE/INESLA e realizado em Tróia – Grândola, de 21-23 de Setembro sobre a temática “Estado actual dos conhecimentos e perspectivas”; e o *II Congresso Português de Demografia* (2004), que teve lugar em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, de 27-29 de Setembro, dedicado a “Demografia e População, os novos desafios”, esse já organizado pela Associação Portuguesa de Demografia.

⁴ No *II Congresso Português de Demografia*, a sessão paralela “A Ciência Demográfica” remetia eventualmente para estas questões. Porém, as comunicações que aí foram incluídas revelar-se-iam longe do que nos interessa aqui analisar. Em concreto, as comunicações apresentadas nesta sessão foram as seguintes: “As tecnologias de informação e comunicação no ensino da Demografia”, por Víctor M. T. Rodrigues; “Rede lusófona de Demografia: uma ideia que faz sentido”, por Armindo Miranda; e “Estatísticas Demográficas: Pernambuco 1838-1888, por Heitor Pinto de Moura Filho.

⁵ A situação parece ter-se alterado agora, uma vez que na organização do *III Congresso Português de Demografia* uma das “áreas temáticas” aberta a pedido de comunicações se intitulava “Estudos de População em Portugal” (com coordenação científica a cargo de Maria José Carrilho, do Instituto Nacional de Estatística). Posteriormente, as comunicações recebidas foram organizadas numa sessão paralela intitulada “Autores e estudos demográficos em Portugal” (precisamente aquela onde a apresentação desta comunicação se incluiu).

⁶ Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

⁷ Nesta sessão plenária participaram também Jorge Carvalho Arroiteia, da Universidade de Aveiro, com a comunicação “A população portuguesa: dinâmica e prospectiva”; Ana Alexandra Fernandes, da FCSH/UNL, com a comunicação “Demografia e sociologia: pontes e fronteiras entre áreas científicas”; Elizabeth Millet, da Université Marc Bloch (França), com a comunicação “Comment lire les Observations Naturelles et Politiques de Graunt (1662)?”; e Teresa Rodrigues, João Peixoto e Mário Leston Bandeira, a quem coube fazer o “Balanço do Congresso e Debate Final”.

⁸ Resumo disponível no livro de resumos das comunicações (ISCTE/INESLA, 2000).

⁹ Sessão de Encerramento moderada por João Peixoto e que incluiu também o “Relato das Sessões Plenárias e das Sessões Paralelas”, a cargo de Teresa Rodrigues Veiga.

¹⁰ Lamentavelmente, não se encontra disponível no site da APD o texto, nem tão pouco o resumo da conferência de encerramento apresentada no II CPD.

demografia em Portugal.» (Rocha, 2000: 80). A justificação, essa tinha que ver sobretudo com a necessidade de afirmação da demografia no campo científico, «[...] designadamente a nível universitário, num momento de forte concorrência disciplinar e interdisciplinar; a emergência de novos paradigmas no âmbito das ciências sociais e humanas, nos quais se apela a uma cada vez maior interligação de saberes específicos, com risco de diluição dos respectivos objectivos de estudo; a definição de novas linhas de investigação e respectivas metodologias; a reflexão epistemológica que em cada momento se impõe às várias áreas disciplinares.» (Rocha, 2000: 80)

A corroborar a nossa afirmação inicial, está também o facto de as principais obras editadas em Portugal com uma vocação clara para o ensino e a aprendizagem da demografia (Barata, 1968; Nazareth, 1988, 2000 e 2004; Bandeira, 2004) não incluírem na sua estrutura qualquer capítulo dedicado às questões da emergência e desenvolvimento dos estudos demográficos em Portugal. Destes três autores e professores de demografia apenas o primeiro aborda especificamente a realidade portuguesa no que à história dos estudos demográficos diz respeito. Na “Introdução” à *Introdução à Demografia*, Óscar Soares Barata, ao tratar o tópico “O estudo dos problemas populacionais”, analisa a investigação demográfica desenvolvida (à data) nos EUA, França, Brasil, África, e abre um “parêntesis” para referir a situação portuguesa. Apesar de não identificar o trabalho de nenhum autor em particular, refere-se às entidades que em Portugal promoviam estudos sobre problemas de população, não apenas o Instituto Nacional de Estatística e o Centro de Estudos Demográficos (com uma referência explícita à *Revista do Centro de Estudos Demográficos*), mas também outros organismos públicos com responsabilidades em campos onde a consideração de dados demográficos é essencial.

Neste contexto de relativa invisibilidade a que a história dos estudos de população e da demografia em Portugal tem estado votada¹¹, só muito recentemente encontramos na literatura demográfica um estudo que de uma forma exaustiva e sistemática, e tomando como lente de análise a bibliografia portuguesa, se volta sobre a própria demografia, permitindo com isso «[...] esboçar uma visão global, evolutiva e tendencial dos estudos demográficos produzidos em Portugal ao longo das últimas décadas.» (Baptista, 2007: 544).

Ao traçar o percurso bibliográfico da produção científica demográfica em Portugal, com um enfoque particular a partir dos anos 70 do século XX, Maria Isabel Baptista refere que a produção pós anos 70 se inclui no último de três períodos por que passou essa mesma produção bibliográfica. O primeiro período compreende as premissas no «“fazer” demografia em Portugal» (Baptista, 2007: 540). O contributo de Ricardo Jorge (1858-1939), médico e investigador, é aqui inolvidável, e a obra *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto. Clima, População, Mortalidade* (1899) o expoente de um período «marcado sobretudo pela iniciativa de alguns médicos ou estudantes de medicina motivados pelas preocupações higienistas e sanitárias muito próprias da época.» (Baptista, 2007: 540).

O segundo período por que passou a produção científica em demografia engloba o conjunto de estudos que a partir dos anos 40 do século XX se desenvolvem no Centro de Estudos Demográficos na dependência do Instituto Nacional de Estatística. Este organismo viria aliás a centrar durante as décadas seguintes a maior parte da produção científica em demografia (Baptista, 2007)¹², dinamizada a partir de 1945 com a publicação da *Revista do Centro de Estudos Demográficos*¹³. Segundo Mário Leston Bandeira (2003), a *Revista do Centro de Estudos Demográficos* atingiria mesmo um nível de grande qualidade científica, sobretudo durante os anos 50. António de Almeida Garrett, José Montalvão Machado¹⁴, Joaquim José Pais Morais, António Meliço Silvestre e Nuno Alves Morgado são alguns dos expoentes dessa fase que assinala não apenas a vitalidade do Centro de Estudos Demográficos do INE, como também um crescente interesse pelo estudo e pela investigação demográfica em Portugal (Baptista, 2007).

O terceiro período na evolução da produção científica em demografia tem início a partir dos anos 70 do século XX. É nesta fase que, apesar de o INE continuar a deter o poder sobre a maior parte dos dados estatísticos sobre a população portuguesa, e num contexto de reestruturações para o Centro de Estudos Demográficos e de alguma instabilidade para a sua revista, as universidades assumem, gradualmente, o lugar de maior produtor de estudos demográficos (Baptista, 2007).

¹¹ Uma pequena mas interessante apresentação da Demografia em Portugal, organizada a partir de duas referências principais: os “antecedentes históricos” e os “anos setenta e transformações”, é-nos facultada através do *Perfil da Investigação Científica em Portugal. Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia* (Almeida; Bastos; Ferrão e Wall, 1999).

¹² Sublinhe-se “a maior parte da produção científica em demografia”, pois como a autora esclarece, durante os anos 50-60 o Centro de Estudos Políticos e Sociais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (actual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas) «[...] concorria com o Centro de Estudos Demográficos, através dos trabalhos que eram produzidos no âmbito do seu “Sector de Demografia Ultramarina”, inteiramente financiado pelo governo português.» (Baptista, 2007: 542), destacando-se aqui os nomes, entre outros, de Nuno Alves Morgado e Alexandre Sarmento.

¹³ Actualmente denominada *Revista de Estudos Demográficos*.

¹⁴ António de Almeida Garrett e Montalvão Machado, com os estudos sobre a natalidade, são vistos como «referências clássicas da investigação demográfica em Portugal» (Almeida; Bastos; Ferrão e Wall, 1999: 14).

Ora, o contributo que nos propomos analisar enquadra-se precisamente no segundo dos três períodos enunciados e exige, antes de mais, uma contextualização sobre o porquê de estudar e levar ao *III Congresso Português de Demografia* o contributo de António de Almeida Garrett (1884-1961) para os estudos de população em Portugal. Se outra razão não houvesse, o facto de ter sido, a seu tempo, um curioso, investigador e autor de diversos estudos de população em Portugal, como também o primeiro “editor-chefe” (Baptista, 2007) da *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, seriam razões mais que suficientes para dedicar algum tempo ao estudo deste autor.

Mas uma outra razão, de natureza mais pessoal e quase fortuita, nos levou ao encontro de António de Almeida Garrett. Em 2003, quando estávamos empenhados em estudar a fecundidade tardia no Portugal contemporâneo, tomámos contacto com um artigo intitulado «Os Problemas da Natalidade. IV – Capacidade de Reprodução», publicado em 1947 na *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, por António de Almeida Garrett. A verdade é que este artigo revelar-se-ia tão inspirador quanto decisivo para o rumo que a investigação tomaria daí em diante. Em concreto, foi este o excerto que nos chamou particular atenção:

«[...] não é raro observar-se, depois de uma paragem de alguns anos durante os quais a capacidade de gerar como que se extinguiu, renascer na véspera da menopausa, concebendo então a mulher, fruto de despedida da ovulação.» (Garrett, 1947: 58)

A metáfora de uma “despedida da ovulação” foi, na altura, a “chave” que em fase de conclusão da redacção do texto faltava para dar coerência à análise dos dados, de modo particular, para o que então apelidámos de “filhos do adeus”, isto é, aqueles cujo nascimento ocorre na “véspera da menopausa”, como uma “despedida da ovulação”¹⁵.

Procurámos depois conhecer um pouco mais o autor deste artigo. De início sabíamos apenas que entre 1945 e 1955, António de Almeida Garrett, o então Director da Faculdade de Medicina do Porto, publicou na *Revista do Centro de Estudos Demográficos* uma vintena de textos sob o título genérico «Os Problemas da Natalidade». Foi ainda autor de inúmeras publicações no domínio da demografia, e em torno de questões tão diversas como a evolução da população portuguesa, as tendências demográficas do Portugal Metropolitano, a mortalidade geral, a mortalidade infantil urbana, e na cidade do Porto em particular¹⁶.

Neste texto centramo-nos de modo especial sobre o ensaio «Os Problemas da Natalidade», publicado entre 1945 e 1955 na *Revista do Centro de Estudos Demográficos*. Das questões mais directamente relacionadas com a “Natureza e Valores dos Dados Estatísticos”, às questões da “Natalidade Desejável”, António de Almeida Garrett constitui, como veremos, uma porta de entrada não apenas para a história dos estudos de população e da demografia em Portugal, como também para o estudo da própria *Revista do Centro de Estudos Demográficos* e das condições históricas da produção científica a que a demografia, como qualquer outra ciência, está sujeita.

2. «Os Problemas da Natalidade» (1945-1955)

É no número dois da *Revista do Centro de Estudos Demográficos* que António de Almeida Garrett inicia, em 1945, a publicação de um longo ensaio em torno do que então denominou «Os Problemas da Natalidade»¹⁷.

Os artigos, em número de vinte, são precedidos por algumas palavras introdutórias (Garrett, 1945: 29-32), onde o autor contextualiza a importância do estudo da natalidade, ao mesmo tempo que chama a atenção para os sub-temas que lhe são contíguos, não apenas os que estão relacionados com a quantificação do fenómeno em coeficientes, quotas ou taxas específicas, mas também todo o conjunto de tópicos que a natalidade suscita e envolve, desde a procriação, esterilidade, fecundidade, aborto, parto, prematuridade, mortinatalidade, etc., tópicos esses considerados:

¹⁵ O trabalho a que nos referimos constitui a tese de mestrado intitulada *Filhos do Adeus. (Des)sincronização familiar e fecundidade depois dos 40 anos no Portugal contemporâneo*, apresentada à Universidade de Évora em 2003.

¹⁶ Alguns dos títulos mais directamente relacionados com a demografia e os estudos de população da autoria de António de Almeida Garrett são: *Sobre a mortalidade infantil (até aos 5 anos) na cidade do Porto e os meios de a evitar* (1909); *Tendências demográficas de Portugal Metropolitano* (1940); *Evolução das quotas de mortalidade infantil no Porto e sua significação* (1944); *Estatística demográfica e luta contra a mortalidade infantil* (1952); *Da evolução da mortalidade geral na 1ª metade do século XX* (1953); *Aspectos gerais da evolução demográfica no Portugal metropolitano* (1954); *Acerca da feição evolutiva da população portuguesa* (1959); *Ricardo Jorge e a demografia* (1959).

¹⁷ Na página inicial o ensaio surge intitulado «Dos Problemas da Natalidade». Todavia, tanto no índice dessa mesma edição (1945) como em todos os outros números daí em diante (até 1955), é referido como «Os Problemas da Natalidade», razão pela qual manteremos esta designação.

«[...] factos inerentes à natalidade, devendo entrar no estudo desta, encarado em todas as suas facetas, causas e consequências.»¹⁸ (Garrett, 1945: 32)

O quadro seguinte sintetiza, precisamente, o conjunto de artigos publicados ao longo desses 10 anos¹⁹:

Quadro 1

«Os Problemas da Natalidade» (Garrett, 1945-1955)			
N.º Revista	Ano	Título	pp.
2	1945	Dos problemas da natalidade	29-32
		I. Natureza e valores dos dados estatísticos	33-42
3	1946	II. Esboço histórico	35-51
		III. Fecundidade e natalidade efectivas	52-70
4	1947	IV. Capacidade de reprodução	53-70
		V. Abortamento espontâneo e provocado	71-85
5	1948	VI. Fecundidade matrimonial e restrição voluntária	79-114
6	1949	VII. Natalidade em Portugal e sua evolução	37-55
		VIII. Natalidade regional	56-71
		IX. As gerações inúteis	72-78
7	1950/51	X. Natalidade por sexos e estrutura da população	43-64
		XI. Nupcialidade e natalidade legítima	65-93
		XII. Da natalidade ilegítima	94-103
8	1952/53	XIII. Actualização dos anteriores quadros estatísticos	19-35
		XIV. Posição na Europa da natalidade portuguesa	36-42
		XV. Voltando ao tema “Fecundidade”	43-54
		XVI. Sobre o óptimo da natalidade	55-68
9	1954/55	XVII. A questão do nível de vida	17-36
		XVIII. O caso português	37-57
		XIX. A natalidade desejável	58-63
		XX. Resumo e conclusões	64-68

Fonte: Revista do Centro de Estudos Demográficos, 1945-1955.

No primeiro capítulo, intitulado “Natureza e valores dos dados estatísticos”, António de Almeida Garrett debate um conjunto de questões preliminares ao estudo da natalidade, designadamente as que respeitam à natureza e valor dos dados estatísticos. Organizando o raciocínio em torno dos temas “nados-vivos”, “nados-mortos” e “valores de população utilizados na base”, o autor tece considerações sobre as fontes de dados disponíveis (religiosas e civis), com particular atenção para o “antes” e o “depois” da instauração do registo civil obrigatório (Decreto de 28 de Novembro de 1878), e ocupa-se detalhadamente sobre a avaliação da fidedignidade dos dados, tanto nos processos de recolha como de registo.

No segundo capítulo, a que dá o título de “Esboço histórico”, faz uma interessante resenha histórica onde sustenta a ideia de como os problemas da natalidade têm uma longa história que sempre interessou aos homens de pensamento e de governo, isto é, tanto a filósofos como a políticos. Para o efeito, e desde a Antiguidade Clássica, passando pelo Cristianismo, Idade Média, Renascença e Iluminismo, apresenta exemplos de prescrições governativas e religiosas, do pensamento de filósofos, usos e costumes, bem como da moralidade sexual em tempos e lugares distintos. Desemboca, depois, na estreita relação que nos séculos XVIII e XIX se

¹⁸ Na transcrição deste como de outros excertos foram efectuadas as mínimas mas necessárias adaptações ortográficas para o presente. Assim, e a título de exemplo, “tôdas” foi substituído por “todas”, “conseqüentes” por “consequentes”, “êsses” por “esses”, “sôbre” por “sobre”, etc.

¹⁹ Os artigos, bem como todo o conteúdo da revista, estão disponíveis em texto integral no Arquivo Digital da Biblioteca Digital do INE, a partir do seu Portal (<http://www.ine.pt>).

estabelece entre os problemas da natalidade – e por conseguinte da população – e a economia política, e termina com referência à assistência à mulher no acto do parto em diversos países da Europa e também em Portugal.

Os capítulos III, IV, V e VI tratam, respectivamente, da “Fecundidade e natalidade efectivas”, “Capacidade de reprodução”, “Abortamento espontâneo e provocado” e “Fecundidade matrimonial e restrição voluntária”, e neles aborda as capacidades efectivas de procriação, isto é, as que têm que ver com a capacidade reprodutora da população (“biológica” ou “natural”), ponto de partida sobre o qual há que considerar os diversos factores que influem em tal capacidade, tanto os individuais como os sociais. A fechar este capítulo, reconhece na restrição voluntária da procriação o papel decisivo na compreensão do complexo *puzzle* que constitui a conjugação entre “normalidade fisiológica” e natalidade “efectiva”.

Até aqui procurou António de Almeida Garrett avaliar as possibilidades fisiológicas da reprodução e compará-las com a realidade traduzida pelos números das tabelas estatísticas. Para a frente, tratará da natalidade “real” com a análise exaustiva dos dados estatísticos oficiais disponíveis até ao momento. Os oito capítulos que se seguem, publicados entre 1949 e 1952/53, são dedicados à natalidade em Portugal e à sua evolução desde o final do século XIX (1886) até meados do século XX (1946-48).

Neste conjunto de capítulos, os primeiros três, intitulados “Natalidade em Portugal e sua evolução”, “Natalidade regional” e “As gerações inúteis” ocupam-se, como os próprios títulos indicam, dos aspectos gerais da natalidade em Portugal, seu volume e sua evolução. Neles começa por analisar globalmente os valores e respectiva evolução da natalidade efectiva, mortinatalidade e natalidade global, prosseguindo depois com um *zoom* para iluminar a pormenorização regional das cifras da natalidade. Debruça-se igualmente sobre as “gerações inúteis”, isto é, as que dão nados-mortos, mas também as que dão nados-vivos de precária vitalidade. Os capítulos seguintes avançam para o domínio de alguns aspectos parciais: o primeiro está relacionado com a natalidade por sexos e estrutura da população (X), depois a nupcialidade e natalidade legítima (XI), e por fim um capítulo dedicado à natalidade ilegítima (XII).

O conjunto de artigos dedicados à análise dos dados termina com uma “Actualização dos anteriores quadros estatísticos” (XIII), justificada segundo o autor pela necessidade de corrigir os valores do decénio 1941-50, tendo em conta o desfasamento temporal que medeia entre o início da publicação do ensaio (1945) e o momento presente, em que passa a dispor dos dados do Recenseamento da População de 1950. O último destes capítulos é dedicado à análise da “Posição na Europa da natalidade portuguesa” (XIV) onde, e como o próprio título indicia, o autor contextualiza a natalidade portuguesa no conjunto dos restantes países europeus.

No XV capítulo regressa ao tema “Fecundidade” para tornar mais claros os principais conceitos até então utilizados e actualizar alguns dados, e inicia em seguida um conjunto de quatro artigos onde desenvolve um debate em torno do super e subpovoamento e do “ótimo populacional”. No capítulo XVI, intitulado “Sobre o óptimo da natalidade”, inspirado no pensamento de vários autores reflecte também ele próprio sobre onde radicará o óptimo de uma população e, por conseguinte, da própria natalidade, e as relações que daí se estabelecem com a riqueza de um país. Prossegue com um capítulo dedicado a “A questão do nível de vida”, depois especificado para o caso português (XVIII), e conclui com considerações sobre “A natalidade desejável” no capítulo XIX. Para António de Almeida Garrett, a questão do nível de vida parece central para equilibrar os pratos da balança nos argumentos dirimidos entre os que advogam a protecção da natalidade e os que julgam necessária a sua limitação, por isso dedica tanto esforço à definição do conceito, às suas determinantes e à situação portuguesa nessa matéria.

Em “Resumo e conclusões”, o vigésimo e último capítulo, o ensaio termina com um conjunto de três reflexões que são, ao mesmo tempo, três preocupações do autor em torno da natalidade, designadamente com (1) a descida das taxas de natalidade, (2) a elevada proporção de gestações inúteis, e (3) a preocupação com a estabilidade das taxas de nupcialidade e como o seu incremento seria “vantajoso” para “combater” a natalidade ilegítima. Como afirma,

«[...] dos quadros estatísticos em que assentam as verificações efectuadas decorrem reflexões tendentes a esclarecer o objectivo visado, que vão enunciar-se, resumidamente:

Em primeiro lugar, a de que a descida das quotas de natalidade só há uns três decénios de iniciou, e se continuar em linha degressiva, no ritmo observado nos países que muito antes a iniciaram, caminharíamos para uma situação de muito baixas quotas de nascença. Mas o carácter da nossa gente, o ambiente social, não levam a prever tão avultada quebra, sendo porém natural que a quota desça para a altura dos 20 nados-vivos por cada mil habitantes.

Continua a ser elevada a proporção das gestações inúteis, por darem nados-mortos ou débeis congénitos, o que indica necessidade de luta contra este facto deplorável.

A nupcialidade mantém um nível, sem grandes oscilações, há muito verificado. Seria vantajoso o seu incremento, para maior estabilidade social e por contribuir para a diminuição da taxa da natalidade ilegítima, que se mantém elevada, o que é um mal a combater com maior energia que a até agora despendida.» (XX, 1954/55: 66/67)

Particularmente interessantes, sobretudo a primeira e a terceira pela permeabilidade das expectativas perante a evolução demográfica ao posicionamento pessoal do autor, estas conclusões chamam a atenção para a importância de relacionar a história da demografia com as condições históricas da produção científica. Reiterando as palavras de Gilberta Rocha no *I Congresso Português de Demografia*, «Consideramos que é fundamental conhecer os aspectos essenciais da História da Demografia e das condições históricas da produção científica, ou seja, das condições históricas do desenvolvimento dos estudos demográficos, sem negligenciar o próprio pensamento demográfico. Ou seja, o entendimento que em cada época e lugar se tem da população, da sua evolução e distribuição, e da importância que é dada às variáveis responsáveis pela dinâmica populacional, facto que não deve ser alheio ao próprio enfoque que sustenta os estudos de âmbito demográfico.» (Rocha, 2000: 80).

3. Os “Problemas da Natalidade”: o poder da estatística e a estatística do poder

Globalmente, a leitura do ensaio «Os Problemas da Natalidade», publicado na *Revista do Centro de Estudos Demográficos* entre 1945-1955, obriga a reconhecer nele um projecto científico válido, coerente e, a seu tempo, actual para o estudo dos problemas da natalidade. Neste «estudo seriado da natalidade» (IV, 1947: 70), como lhe chama o autor, os capítulos seguem um fio lógico que tem início com as questões preliminares relacionadas com a natureza e valores dos dados estatísticos, passa depois ao esboço histórico sobre o estudo da temática, às questões que interferem com a capacidade de procriação, ao estudo do fenómeno mediante a análise dos valores disponíveis e, por fim, às conclusões. De forma transversal, recorre em todo este empreendimento a fontes várias, quer documentais, quer estatísticas, e procede, não raro, a ensaios comparativos, tanto no tempo quanto no espaço nacional ou europeu. Sem nunca perder o rigor científico, a sua escrita é clara e fluente, aproximando o autor/especialista do leitor/leigo. Como refere a determinada altura,

«[...] este pequeno ensaio se destina, não a técnicos da estatística demográfica, mas ao leitor comum» (XV, 1952/53: 43)

Não opta, por isso, pela demonstração matemática. A razão, também a expõe:

«Repito: não escrevo para técnicos de estatística demográfica, mas para o leitor comum, no intuito de despertar interesse pelos assuntos referentes à população portuguesa e especialmente ao da sua fonte – a natalidade. Para que os números sejam facilmente compreendidos por esse leitor é preciso que sejam simples, representativos de relações claras, e se fuja à exposição de fórmulas matemáticas, que poucos entendem.» (XV, 1952/53: 45)

Para além das fontes estatísticas, e não apenas as portuguesas, como por exemplo o *Annuaire Statistique de la Société des Nations, 1942/44* (Genève, 1945), António de Almeida Garrett apoia-se ao longo do ensaio numa bibliografia extensa e variada. Entre títulos clássicos e contemporâneos, recorre a enciclopédias, dicionários, revistas científicas e actas de congressos, sem deixar de citar, no domínio da literatura especializada, o que de mais recente se publicava no domínio da demografia, como A. Sauvy (1943), A. Landry (1949) ou L. Henry (1952).

Especificamente, podemos dizer que no essencial se mantém actuais os três aspectos que nas palavras introdutórias ao ensaio António de Almeida Garrett enunciava²⁰. Um primeiro aspecto relacionava-se com a diversidade de temas contíguos ao “problema da natalidade” a que, e bem, se referia António de Almeida Garrett, e a importância da multidisciplinaridade na sua abordagem, descrição e compreensão:

«É vulgar ouvir-se falar no problema da natalidade. Na realidade não há um só problema, porque há múltiplos problemas, embora todos relacionados entre si. Neste trabalho procurei versá-los, não apenas com o carácter estritamente de demografia estatística, mas utilizando, para o completar, corrigir ou explicar, todos os elementos, de vária ordem e proveniência, que pude obter.» (Garrett, 1945: 32)

De facto, reconhecem-se hoje, mais que nunca, esses múltiplos problemas da natalidade e a necessidade de convocar para a sua compreensão as várias ciências que não apenas a demografia. A natalidade é, indubitavelmente, um tema que cruza saberes, áreas disciplinares e esferas profissionais, desde a biologia, genética, economia, sociologia ou a psicologia à medicina, política ou religião.

Um segundo aspecto referido por António de Almeida Garrett tinha que ver com a validade dos dados estatísticos. Interrogava-se o autor se:

²⁰ Para efeitos de exposição e síntese alterámos a ordem por que tais aspectos são enunciados no ensaio.

«Poderemos tomar as cifras resultantes dos cálculos estatísticos (mesmo com correcções aperfeiçoadoras) como expressão fiel dos fenómenos respectivos?»

A primeira condição para que os coeficientes sejam dignos de crédito é de serem genuínos, verdadeiros, os dados numéricos que serviram para os estabelecer. Eles só serão inteiramente aceitáveis quando essa condição for plenamente cumprida. Acontecerá sempre assim, no tocante à natalidade?» (Garrett, 1945: 32)

A este propósito, é de salientar a constante preocupação que António de Almeida Garrett evidencia para com a crítica das fontes utilizadas, como bem exemplifica a inventariação pormenorizada das possíveis fontes de erro na recolha e registo dos dados relativos aos nascimentos (I. "Natureza e valores dos dados estatísticos", pp. 33-42). De uma forma muito detalhada, e relativamente aos nados-vivos, reflecte sobre o papel que desempenham ou podem desempenhar em determinados momentos e lugares questões como o não registo dos nascimentos, os erros na identificação do sexo, as imprecisões relacionadas com as datas de nascimento e as datas de baptizados, as sobreposições entre o calendário natalício e o calendário baptismal; sobre os nados-mortos, detém-se sobre as circunstâncias da classificação e especificações de terminologia, os abortos e partos prematuros, as omissões voluntárias, falhas no registo, condicionamento dos registos às lacunas, imprecisões e classificações nosológicas; e relativamente aos valores de população utilizados na base dos cálculos (v.g. Censos), ocupa-se também sobre a sua validade enquanto referência de base para os cálculos efectuados. Ainda a este propósito, inclui também no ensaio uma nota comparativa sobre o confronto e a recolha de dados, concluindo sobre as diferenças de critério na elaboração dos censos e dos róis de nascimentos nos apuramentos estatísticos dos diversos países, o que dificulta em alguns casos e inviabiliza em outros, as comparações entre países. Em suma, e como sintetiza no excerto seguinte, é muito patente em todo o discurso a necessidade e importância de sujeitar à crítica quanto à sua exactidão os dados oficiais utilizados para os apuramentos estatísticos:

«Com segurança para uns elementos, com reserva para outros, temos de trabalhar os dados estatísticos, por forma a que as deduções que tiremos das suas conjugações tenham fundamento sério. As conclusões simplistas, assentes em cifras cotejadas sem escrúpulo na avaliação dos elementos em que se baseiam, levam a conceitos errados, com a ilusória aparência de exactidão matemática...» (I, 1945: 42)

Finalmente, o terceiro aspecto referido por António de Almeida Garrett no início do ensaio prendia-se com o passo seguinte à recolha dos dados e à elaboração dos cálculos, isto é, a interpretação dos valores, e o modo como tal interpretação é sempre eivada pelas "circunstâncias, de ordem moral e social, que escapam à avaliação estatística":

«[...] se os números falam com verdade, a sua interpretação é cheia de dificuldades, porque nesta matéria há uma série de circunstâncias, de ordem moral e social, que escapam à avaliação estatística. Isto dá-se tanto na investigação das causas dos fenómenos estudados, como na apreciação das suas consequências, que depende do ponto de vista em que se coloca o apreciador. Intervém nos resultados, simultaneamente, a natureza dos elementos de informação com que se joga e o pensamento do que deduz. Por isso, sobre a questão da natalidade tem divergido muitos os conceitos e as opiniões.» (Garrett, 1945: 32)

Porém, também António de Almeida Garrett não fugiu a tais circunstâncias. Se é certo que este seu trabalho se pauta, grosso modo, pelo rigor e objectividade próprias da demografia, não é menos certo que encontramos, sobretudo no capítulo XII "Da natalidade ilegítima" e XIX "A natalidade desejável", marcas visíveis desse "ponto de vista em que se coloca o apreciador", de que fala neste excerto e onde intervém, simultaneamente, "a natureza dos elementos de informação com que se joga e o pensamento do que deduz". Os exemplos mais notórios são os que se relacionam com as questões da natalidade ilegítima, ante a qual o autor advoga as virtualidades da nupcialidade e da natalidade legítima. O excerto seguinte, a propósito da natalidade ilegítima, é peremptório no que à orientação do autor diz respeito:

«O interesse de este aspecto [natalidade ilegítima] é evidente. A natalidade ilegítima representa um cancro social, de nefastas consequências demográficas.» (XII, 1950/51: 94)

Quanto ao argumento, esse desenvolve-o mais tarde ao analisar o peso das taxas de ilegitimidade em Lisboa e Porto com as do resto do país, e ao concluir sobre como as taxas de ilegitimidade quase sistematicamente duplicam nessas duas cidades as do resto do território metropolitano:

«Contribuem para a desproporção vários factores inerentes à vida citadina: maior número de homens desocupados, sem trabalho que lhes absorva energias e tempo; maior número de mulheres sujeitas a fácil sedução, especialmente nas serviçais; maiores apetites de diversões e ânsia de luxo pelo contágio dos ricos, que incita à prostituição, etc., etc.

Há que contar com tudo isto. É um mal difícil de combater. A ele se deve também a menor natalidade legítima, em função das casadas, indicada no precedente capítulo. A acção dissolvente das cidades opera estes fenómenos demográficos, que a traduzem numericamente, por forma mais clara que a impressão colhida pela simples observação dos factos da vida quotidiana.» (XII, 1950/51: 97)

A evolução positiva da nupcialidade e da natalidade legítima é, no entender de António de Almeida Garrett, o meio de combater a natalidade ilegítima, “manter a vitalidade da população”, “a renovação da sua gente”, e a “própria existência como povo autónomo”. Como afirma:

«[...] acentue-se que, para qualquer país, o interesse de manter a vitalidade da sua população, a renovação da sua gente por uma natalidade suficientemente alta, fazendo erguer a curva descendente dos índices de natalidade, é fundamental para a sua própria existência como povo autónomo. A subsistência das nações da Europa, e consequentemente da civilização que é seu apanágio, não será possível sem essa evolução nos fenómenos demográficos da nupcialidade e da natalidade legítima.

Sem ela, inevitavelmente, irão enfraquecendo demograficamente, empobrecendo-se em elementos humanos, qualidades de carácter e meios económicos, e serão subvertidos, moral e materialmente, pelos povos orientais, prolíficos e agressivos; e a teoria de que as civilizações nascem, tem a sua fase de apogeu e acabam por degenerar e morrer, terá a sua terrível confirmação.» (XVI, 1952/53: 67)

Confrontado com a queda das taxas de natalidade que já se fazia sentir, alimenta um optimismo natalista ancorado no “carácter da nossa gente” e no “grande amor da família e da sua prole”:

«Até onde poderá levar a progressiva descida das quotas de natalidade, repito, é coisa imprevisível, com segurança. Mas o carácter da nossa gente, o amor da família e da sua prole, que é grande e (creio-o bem) continuará no sentimento de grande parte da população, não torna aceitável a hipótese de Portugal vir a apresentar aquelas taxas baixíssimas dos países neo-malthusianistas, na Europa representados principalmente pela Grã-Bretanha. Parece-me que a descida parará na altura dos 20 nados-vivos por mil habitantes, décimas acima ou abaixo; e talvez não chegue a tanto.» (XIX, 1954/55: 60-61)

E admitindo já uma redução no número de nascimentos mostra-se, apesar disso, contrário a uma política natalista, considerando que perante os “perigos” de uma política neo-malthusianista, bastará que “sem medidas propulsoras”, se impeçam as propagandas da limitação da natalidade para que os valores não baixem ainda mais:

«Suponhamos que venha a ser esse o nível natalício. Como a mortalidade tem decidida tendência para descer, é lógico admitir que nessa altura ande pela casa dos 9, quando muito dos 10. E como a população, dentro de uma dúzia de anos, deve ultrapassar largamente os 10 milhões de habitantes, o saldo fisiológico será de cerca de 100.000 vidas por ano, isto é, aproximadamente a cifra do actual.

Por esta conjectura se verifica não ser necessária entre nós uma política natalista. Mas também seria perigosa uma política neo-malthusianista, porque com ela as quotas da nascença desceriam a nível que mal garantiriam a subsistência da colectividade nacional, impediriam o seu progresso, levariam a futura decadência. Sem medidas propulsoras, apenas impedindo as propagandas da limitação da natalidade, esta será contida dentro de razoáveis limites, pelo livre jogo dos costumes, das circunstâncias da vida actual, pouco propícias, pela necessidade do emprego da mulher e pelo crescer das necessidades de gastos, às grandes proles, vulgares noutras épocas, as anteriores à industrialização e suas consequências.» (XIX, 1954/55: 61)

Defende, outrossim, uma protecção especial às famílias numerosas, essa “gente remediada ou mais que remediada, e de sã moral como a abundância de prole o mostra”:

«Há quem opine não dever-se subsídio (salvo no caso de grande pobreza, a entrar no campo da assistência geral) aos pais de filho único. Em regra são casos de egoísmo, sem justificação económica válida. Talvez tenham razão os que assim raciocinam.

O que é plenamente justificável é a protecção, preferencial, às famílias numerosas. Pertencem geralmente à gente remediada ou mais que remediada, e de sã moral como a abundância de prole o mostra. São as que dão à colectividade, não só mais elementos, mas de melhor qualidade. Merecem especial galardão.» (XIX, 1954/55: 62)

É portanto no que à política natalista diz respeito que António de Almeida Garrett despe a bata de cientista e veste o fato de político (ou de cientista comprometido com a política (?)), assumindo-se no combate à natalidade ilegítima, combate esse que alicerça na defesa da nupcialidade e da natalidade legítima, no optimismo relacionado com “o carácter do povo português”, caracterizado pelo amor à família e à sua prole, no impedimento das propagandas de limitação da natalidade, e no apoio especial às famílias numerosas. O excerto seguinte sintetiza bem a sua ideia global:

«Pretendo que o Estado deve intervir o menos possível na vida íntima dos cidadãos, e portanto não deve seguir uma política activamente natalista. Mas cabe-lhe ser activamente opositor ao neo-malthusianismo, não consentindo a sua propaganda pública e consequentemente a aquisição fácil de procedimentos destinados a combater as gestações. Que cada casal tenha muitos ou poucos filhos é com ele; não se pode forçar, por medidas legislativas, a vontade de

cada qual. Mas que se reconheça, ajude e dignifique o casal que cumpre o seu dever para com a moralidade matrimonial e para com a Pátria a quem dá os homens do futuro.

A isso deverá limitar-se a política natalista, pugnando por uma boa natalidade, a natalidade legítima, e das famílias mais sãs. O combate à natalidade ilegítima, mal social que deve reduzir-se ao mínimo possível, esse exige outras providências e acções, desde o incitamento à matrimonialidade até à responsabilidade do gerador pelo sustento e educação do filho natural.» (XIX, 1954/55: 62/63)

Significa isto que este ensaio, e sobretudo a última parte, não pode, obviamente, ser lida à margem das condições históricas de produção do conhecimento científico, condições essas marcadas por um cenário demográfico em que apesar de Portugal deter, no contexto dos países europeus, elevadas taxas de natalidade e de fecundidade, estas começavam já a decair; um cenário político e legislativo onde os nascimentos fora do casamento constituíam uma natalidade não apenas “ilegítima” como também um “cancro social”; e a própria existência da *Revista do Centro de Estudos Demográficos*. Ora, o facto de este ensaio terminar da forma como termina, de fazer seguir à análise “objectiva” dos dados, a sua “avaliação” e “preconização de soluções” obriga-nos a olhar para a *Revista do Centro de Estudos Demográficos* não apenas como um veículo de transmissão do “poder da estatística”, isto é, um instrumento que nos permite conhecer a realidade, mas também d’“a estatística do poder”, ou seja, espelho e reflexo das cumplicidades entre estatística e política, e de uma política em particular.

Recuemos, a este propósito, às origens da *Revista do Centro de Estudos Demográficos*. É na sequência da missão atribuída ao Centro de Estudos Demográficos, ao qual competia²¹ «o estudo dos problemas da população e nomeadamente os relativos à demografia, à higiene e à vida social e económica.» (Garrett, 1945: 7), que em 1945 surge a *Revista do Centro de Estudos Demográficos*²². O seu objectivo, tal como o enuncia António de Almeida Garrett, é muito simples e claro. A revista, de publicação anual, deverá ser um instrumento:

«[...] por meio do qual se opere a divulgação dos referidos estudos, servindo ao mesmo tempo para estimular a produção de trabalhos que possam vir à luz nas suas páginas.» (Garrett, 1945: 7)²³

Nas “Palavras de Apresentação”, datadas de 15 de Junho de 1945, o Director, António de Almeida Garrett, escrevia:

«A índole desta revista corresponde, pois, à esfera de actividades do Centro. Esta, dentro da citada orientação superior, não se limita aos estudos de demografia pura, ou seja à avaliação numérica dos caracteres estáticos e dinâmicos dos agrupamentos que constituem o povo português; entendeu-se que os elementos estatísticos não deviam considerar-se somente em si, no cotejo do passado e do presente, e consequentes possíveis previsões, mas que deviam relacionar-se com os diversos aspectos, materiais e morais, económicos e sanitários, da vida colectiva. Assim, o âmbito se alarga até aos confins do que é matéria, própria e exclusiva, da higiene pública, da economia política e da sociologia. Ultrapassar esses limites seria invadir campos alheios, desvirtuando a missão que lhe foi entregue; mas só alcançando-os, tocando-os, se dará a tais estudos o interesse nacional que deve ser o seu principal objectivo.» (Garrett, 1945: 7)

Mas a *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, e o próprio centro de onde emana, não constituíam, à data, instrumentos de investigação pura. No discurso do então Ministro das Finanças – João Pinto Costa Leite – na sessão inaugural dos centros de estudos económicos e demográficos²⁴, o Ministro era claro. Por um lado, afirmava,

«é em relação aos fenómenos económicos e da população que os serviços do Instituto se acham, talvez, mais desenvolvidos e oferecem, portanto, mais vastas possibilidades de aproveitamento» (Leite, 1945: 11)

Mas, por outro lado, para além das possibilidades de acção para a aplicação da estatística no domínio da economia e da demografia, um outro motivo, de natureza pragmática, assumia protagonismo nas palavras do Ministro:

²¹ Nos termos da Portaria 10619 (de 11 de Março de 1944), em efectivação do enunciado no Decreto-lei n.º 33274 (de 24 de Novembro de 1943).

²² Para um conhecimento mais aprofundado sobre a *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, vd. a comunicação de Maria José Carrilho no *III Congresso Português de Demografia*, intitulada «Os Estudos da População em Portugal: contributo da Revista de Estudos Demográficos e do INE».

²³ Os temas para publicação na revista foram organizados da seguinte forma: I – Problemas qualitativos da população; II – Geo-demografia, Migrações, Urbanismo; III – Movimento fisiológico da população; IV – Demografia Sanitária; V – Problemas demográfico-sociais; VI – Metodologia da estatística demográfica. Para além dos artigos originais, em cada número seguiam também resumos de trabalhos publicados em Portugal ou relativos a assuntos portugueses, fichas bibliográficas de estudos estrangeiros considerados de valia, indicações relativas a legislação de interesse demográfico e ainda notas várias consideradas de utilidade para os leitores.

²⁴ Discurso publicado no n.º1 da *Revista do Centro de Estudos Demográficos* (1945).

“É que o estudo e esclarecimento dessas duas ordens de problemas representam instantes necessidades nacionais no momento em que as condições de vida dos povos sofrem uma transformação profunda, as doutrinas uma revisão activa, e os próprios ideais prosseguidos pelos homens passam transes de crise.» (Leite, 1945: 11)

Quase a terminar o seu discurso, o Ministro Costa Leite enfatizava com estas palavras a importância e, sobretudo, a “utilidade” de uma cumplicidade estreita entre estatística e política:

«Impõe-se, assim, para uma boa defesa dos interesses da nação através de uma política esclarecida, o maior e melhor esforço no conhecimento dos problemas, na avaliação de necessidades, na análise dos fenómenos, na investigação das suas causas, na preconização de soluções.

Os centros que agora se criam não são pois puros órgãos de investigação teórica. Devem, pelo contrário, constituir núcleos de estudo dos problemas concretos da vida nacional nos sectores que abrangem, e ser, portanto, elementos úteis à orientação da política económica e da política demográfica a seguir.

Isto não exclui, antes supõe, que sejam estudados e cultivados os problemas da ciência pura, mas devem sê-lo com vista na missão concreta que destes organismos se espera: conhecimento cientificamente esclarecido da vida económica e demográfica portuguesa para conveniente resolução das questões que lhes respeitam.» (Leite, 1945: 12)

De tudo o que ficou exposto se conclui que este ensaio não apenas constitui um projecto científico válido para o estudo da natalidade no seu tempo, e que mantém ainda actualidade, como representa também um exemplo paradigmático de uma demografia fortemente marcada pelas condições históricas da produção científica. Compreender as determinantes de tais condições, bem como o seu papel no e para o desenvolvimento dos estudos demográficos, e do próprio pensamento demográfico expresso no trabalho deste e de outros autores, é tarefa imperiosa numa ainda por fazer história da demografia em Portugal.

4. Referências Bibliográficas

Almeida, Ana Nunes de; Bastos, Cristiana; Ferrão, João; e Wall, Karin (1999), *Perfil da Investigação Científica em Portugal. Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia*. s.l.: MCT/FCT/Observatório das Ciências e das Tecnologias.

APD (2004), *II Congresso Português de Demografia: Demografia e população, os novos desafios – Textos*, Lisboa/Fundação Calouste Gulbenkian, 27 a 29 de Setembro de 2004 [Disponível em URL: <http://www.apdemografia.pt/congresso.HTM>, consulta a 18-09-2008].

Bäckström, Barbara (2001), *Demografia: Caderno de Apoio*, Lisboa: Universidade Aberta.

Bandeira, Mário Leston (2003), «A demografia, ciência ‘selvagem’?», in *Demografia & Dinâmicas – Boletim da Associação Portuguesa de Demografia*, 4, Lisboa: APD: pp. 1-3 [Disponível em URL: <http://www.apdemografia.pt/pdf/Boletim4.pdf>, consulta a 18-09-2008].

Bandeira, Mário Leston (2004), *Demografia: Objecto, Teorias e Métodos*, Lisboa: Escolar Editora.

Baptista, Maria Isabel Rodrigues (2007), «A demografia em Portugal: um percurso bibliográfico», in *Análise Social*, vol. XLII (183): pp. 539-579.

Barata, Óscar Soares (1968), *Introdução à Demografia*, Lisboa: ISCSPU – Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da UTL.

Costa, Rosalina (2003), *Filhos do Adeus. (Des)sincronização familiar e fecundidade depois dos 40 anos no Portugal contemporâneo*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Área de Especialização “Família e População”, Évora: Universidade de Évora [texto policopiado]

Fortuna, Carlos (1981), «Para uma Sociologia da População – um comentário à demografia», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6: pp. 87-111.

Garrett, António de Almeida (1945), «Palavras de apresentação», in *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, 1, Lisboa: INE: pp. 7-8.

Garrett, António de Almeida (1945-1955), «Os Problemas da Natalidade», *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, 2, 1945: pp. 29-42; 3, 1946: pp. 35-70; 4, 1947: pp. 53-85; 5, 1948: pp. 79-114; 6, 1949: pp. 37-78; 7, 1950/51: pp. 43-103; 8, 1952/53: pp. 19-68; 9, 1954/55: pp. 17-68, Lisboa: INE.

ISCTE/INESLA [org.] (2000), *I Congresso Português de Demografia: Estado actual dos conhecimentos e perspectivas — Resumos das comunicações* (Tróia – Grândola, 21-23 de Setembro), Grândola: ISCTE/INESLA.

Leite, João Pinto Costa (1945), «Discurso de S. Ex.^a o Ministro das Finanças na Sessão Inaugural dos Centros de Estudo», in *Revista de Estudos Demográficos*, 1, Lisboa: INE: pp. 9-14.

Nazareth, J. Manuel (1985), «A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação», in *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89): pp. 963-980.

Nazareth, J. Manuel (1988), *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa: Editorial Presença.

Nazareth, J. Manuel (2000), *Introdução à Demografia: Teoria e Prática*, Lisboa: Presença.

Nazareth, J. Manuel (2004), *Demografia: a Ciência da População*, Lisboa: Presença.

Pinto, Maria Luís Rocha e Rodrigues, Teresa (1996), «Natalidade e Fecundidade», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito [dir.], *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova: Bertrand Editora: pp. 657-658.

Rocha, Gilberta (2000), «Demografia e estudos demográficos: uma perspectiva da situação portuguesa – Resumo», in ISCTE/INESLA [org.], *I Congresso Português de Demografia: Estado actual dos conhecimentos e perspectivas — Resumos das comunicações* (Tróia – Grândola, 21-23 de Setembro), Grândola: ISCTE/INESLA: p. 80.